

ESTADO DE EXCEÇÃO NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DO LÓCUS DO TRABALHO DOCENTE

Deise Mancebo
UERJ¹

deise.mancebo@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende iniciar uma discussão sobre as instituições de educação superior (o lócus do trabalho docente), na complexa conjuntura econômica e política vivida no Brasil. Ele é um estudo de caráter exploratório e sua construção apoia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental de problemáticas convergentes e necessárias para a compreensão do tema, mas também na consulta criteriosa de estatísticas existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de análise que conjuga aspectos quantitativos e qualitativos. O desenvolvimento do texto ocorre em dois momentos. Na primeira etapa, há uma breve discussão da complexa conjuntura econômica e política na qual o país vê-se envolvido, onde se analisa (1) a crise capitalista mundial e seus impactos mais recentes na América Latina e no Brasil e, (2) no plano político, o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, em andamento no Senado, bem como a plataforma programática e primeiras medidas do governo interino do vice-presidente Michel Temer. Na segunda etapa, o artigo elabora uma análise da educação superior nesse contexto e, para tal, recua até o ano da Reforma Administrativa do Estado Brasileiro (1995). Conclui apontando alternativas no campo dos movimentos sociais e sindicais. (Financiamentos: CNPq, CAPES/OBEDUC, UERJ).

PALAVRAS-CHAVE: Impeachment; Estado de Exceção; Educação Superior.

Introdução

O Brasil vive uma complexa conjuntura econômica e política. Do ponto de vista econômico temos uma crise capitalista mundial, uma crise orgânica e geral do

¹Possui doutorado em Educação pela PUC/SP e pós-doutorado em Psicologia Social pela USP. É professora titular da UERJ e desenvolve suas principais atividades no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Coordena a rede Universitas/Br e o Observatório da Educação (OBEDUC/CAPES) sobre a Expansão da Educação Superior no Brasil. Tem experiência nas áreas de Psicologia e Educação, pesquisando, principalmente, os seguintes temas: trabalho docente; políticas para a educação superior e produção de subjetividades.

capitalismo, cujo marco foi o ano de 2008. Os impactos dessa crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, mas é inegável que, no último período, impactou com força a América Latina e o Brasil, em movimentos estruturais que abalaram as bases sociais da própria reprodução política. No plano político, o destaque fica com o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, em andamento no Senado, deixando o país nas mãos de um governo interino e ilegítimo, que tem à frente o vice-presidente Michel Temer.

Obviamente, essa conjuntura afeta sobremodo todos as instituições republicanas e, dentre elas, as instituições de educação superior (IES). O presente trabalho pretende, precisamente, iniciar uma discussão sobre o lócus do trabalho docente, nesta complexa conjuntura. Ele é um estudo de caráter exploratório e sua construção apoia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental de problemáticas convergentes e necessárias para a compreensão do tema, mas também na consulta criteriosa de estatísticas existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de análise que conjuga aspectos quantitativos e qualitativos.

Seu desenvolvimento ocorre em dois momentos: (1) uma breve discussão da complexa conjuntura econômica e política na qual o país vê-se envolvido e (2) uma análise da educação superior nesse contexto.

Deve-se registrar que boa parte das fontes e das análises apresentadas pertence a um coletivo de mais de 200 pesquisadores da Rede Universitas/Br, que participam do projeto integrado “Políticas da Expansão da Educação Superior”. São colegas incansáveis que tentam “compreender [...] a realidade em seu movimento, nas suas ‘tendências’ – portanto na ‘unidade’ dos seus diferentes aspectos e contradições” (LEFEBVRE, 1981 p. 295). A eles pertence boa parte dos dados e comentários expostos, mesmo que as conclusões, eventualmente apressadas, sejam nossas.

1 - A complexa conjuntura político-econômica brasileira

A recorrência de protestos em massa desde 2013, a reeleição apertada de Dilma Rousseff em 2014, a desintegração da base governista no Congresso Nacional e a adoção de um ajuste fiscal que protegia as elites econômicas em 2015 foram todos sinais do encerramento do ciclo lulista da economia política brasileira, ou seja, foram sinais do fim desse ciclo político de conciliação de classes no Brasil.

Conforme assinalado por Antunes (2016):

[a partir das rebeliões de junho de 2013] a degradação pública da saúde, da educação e do transporte coletivo, somada a outras, começava a vazar pelo ralo, mostrando que o mito de um país neodesenvolvimentista que caminhava para o primeiro mundo era uma ficção desprovida de qualquer lastro material.

Pode-se afirmar que os 12 anos de lulismo (que abrangeram os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Roussef), efetivamente, ampliaram as políticas sociais compensatórias, trazendo melhorias para os setores sociais mais empobrecidos, mas abandonaram a agenda de reformas estruturais²; descuidaram da expansão dos bens e serviços de uso coletivo; não conseguiram coordenar e executar os investimentos necessários em infraestrutura; assistiram, sem reagir, à reprimarização da nossa pauta de exportações e à desindustrialização do país, fenômenos associados a uma inserção declinante no sistema internacional. Adicionalmente, o lulismonão elevou de maneira correspondente os níveis de politização e organização da classe trabalhadora e manteve intacto o oligopólio da mídia.

No outro polo, as classes burguesas assumiram, progressivamente, o seu descontentamento com o programa neoliberal moderado adotado pelo PT, “[...] levando até mesmo setores importantes das frações do grande capital mais beneficiadas por ele, como o capital industrial e o agronegócio, a uma postura de distanciamento em relação ao governo e à candidatura governista”(MACIEL, 2015).

Sinteticamente, esse era o tenso quadro interno que o país vivia e, a partir da reeleição da presidenta Dilma Roussef, em finais de 2014, um golpe parlamentar-judicial-midiático começa a ser urdido: o *impeachment* da presidenta, ainda em curso até a

²Entendemos que a agenda que poderia ter sustentado novos avanços deveria ter incluídos: a revisão da dívida pública e do sistema tributário; a mudança da estrutura de impostos, fazendo-a progressiva, baseada na riqueza antes que nos rendimentos do trabalho; a reforma agrária, acompanhada do financiamento dos pequenos produtores e cooperativas; a retomada da industrialização, de modo a melhorar o tecido econômico do país e reverter sua reprimarização e o que alguns chamam de “consenso das *commodities*”; a elevação do MERCOSUL a um estágio mais avançado do que o de mero mercado comum e o rompimento do oligopólio de comunicação que compromete o discernimento social.

escrita desse texto³. Assim, estamos assistindo no Brasil à montagem de um Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004), com um governo interino e ilegítimo, que tem à frente o vice-presidente Michel Temer.

Para que pudéssemos conhecer a natureza essencial do golpe de Estado ocorrido no Brasil, deveríamos analisar, como considera Alves (2016), não apenas a processualidade imediata da conjuntura política nacional, pois

[...] todos os personagens visíveis (e invisíveis) do golpe de 2016 atuam, muitas vezes sem o saber, no palco histórico constituído pelas forças ocultas dos interesses econômicos, políticos e geopolíticos profundos que compõem o movimento das contradições orgânicas do sistema-mundo do capitalismo neoliberal em sua etapa de crise estrutural.

4

Infelizmente, esta empreitada não é possível no espaço desse texto, cabendo, todavia, destacar os seguintes aspectos:

1 - A evolução da política nacional ocorre num pano de fundo de uma nova situação geopolítica na América Latina. Na virada do milênio, havíamos assistido a um certo giro à esquerda. De acordo com Domingues (2015), esse giro foi “modesto em seus resultados”, mas teve o mérito de remar contra a maré global, e “ele significou a implantação de um social liberalismo de cunho progressista, tendo em seu centro políticas de equidade que suavizaram de forma humanitária e economicamente estimulante as agruras das massas de miseráveis da região mais desigual do mundo”. Implicou, ainda, uma maior centralidade de Estados “na coordenação da vida econômica e um distanciamento dos ditames mais severos do capital financeiro”, sem que a igualdade propriamente haja sido alcançada.

Esse giro atingiu seus limites e, finda a bonança das *commodities* e a fartura de recursos que proporcionou durante a década de 2000, somente enfrentamentos sociais distributivos mais aguçados poderiam

³O *impeachment* é uma instituição presente na Constituição brasileira de 1988. No caso em questão, ele deve ser considerado um golpe porque as causas que poderiam levar ao *impeachment* estão sendo forjadas sem prova material e cabal, pelo menos, até o presente momento.

permitir que [a economia] retomasse seu ímpeto, levando a políticas sociais mais universalistas e custosas, bem como a uma mudança mais decidida de modelo econômico. (DOMINGUES, 2015).

2- Tais enfrentamentos não ocorreram e a vitória do rentismo, institucionalizado na crise de 2008, só aprofundou as contradições estruturais da ordem burguesa no plano mundial, principalmente, no que tange ao orçamento público, impondo a adoção das políticas de ajuste (austeridade) neoliberal.

3-Inicialmente, os ajustes foram aplicados nos países centrais do capitalismo, mas a partir de meados da década de 2010, assistimos à intensificação da ofensiva neoliberal na América Latina, sob a retomada da influência hegemônica dos Estados Unidos na região. Sobre esse aspecto, Alves (2016) chega a assegurar que: “o governo Temer como governo ilegítimo adquiriu em 2016 o caráter de governo de transição com uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal dando-lhe novo fôlego na América Latina para o projeto hegemônico dos EUA”.

Essa brevíssima síntese dos interesses econômicos, políticos e geopolíticos do capitalismo neoliberal em sua etapa de crise estrutural, em especial na América Latina, permite-nos a afirmação de que a profundidade da crise econômica mundial (de 2008), que chegou com furor aos países sul-americanos, a partir de 2013, eliminou progressivamente as condições necessárias à manutenção do lulismo e à sua estratégia de conciliação de classes, tornando cada vez mais evidente a incapacidade dessa estratégia em se manter como alternativa econômica, política e social. Finda essa etapa, um golpe é impetrado no país com todos os requintes de uma plataforma programática do neoliberalismo extremado.

1.1 - A Ponte para o Futuro

Em 29 de outubro de 2015, como forma de apresentar sua plataforma para o pós-*impeachment*, é lançado, pelo PMDB, o documento “Uma ponte para o futuro”. O documento, logo de início, em tom messiânico, se propõe a “buscar a união dos brasileiros de boa vontade” (PMDB, 2015), já que “o país clama por pacificação pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos”. Adicionalmente, toma como premissa, o fato do Brasil gastar muito com políticas públicas (!!!), fazendo-se necessária a construção de

um equilíbrio fiscal por meio de corte dos gastos públicos. Sintomaticamente, os verdadeiros “problemas fiscais” não merecem nem uma linha do programa Temer. Segundo Marcelino (2016):

Nada [é escrito] sobre os gastos com pagamentos de juros da dívida da ordem de R\$ 311,5 bi, desonerações tributárias excessivas que alcançaram R\$ 104 bi e a baixa arrecadação devido à “greve de investimentos” de diversos setores do empresariado pelo menos desde 2012. Estes problemas fiscais se agravaram em 2015 com a política monetária e fiscal do plano de austeridade do governo [Dilma].

Em termos bem gerais, “Uma ponte para o futuro”, pretende aprofundar o papel do “Estado mínimo”, enxuto e supostamente eficiente, incrementar a participação da iniciativa privada, flexibilizar o mercado de trabalho e ampliar a concorrência internacional, abrindo de maneira escancarada as portas para a venda do patrimônio nacional. Relacionados a esses princípios mais amplos, são propostos: (1) um novo regime orçamentário, com adesvinculação de todas as receitas (o que seria o fim de todo o modelo de financiamento da educação e da saúde pública brasileira); (2) o fim da política de valorização do salário mínimo, desvinculando-o da inflação; (3) a eliminação da indexação de qualquer benefício, inclusive aposentadorias, ao valor do salário mínimo; (4) o ataque aos direitos trabalhistas, encarados como custos empresariais que devem ser reduzidos para que sobrem recursos para serem acumulados; (5) a reforma na Previdência Social, apresentada como uma das fortes responsáveis pela crise fiscal; (6) o incremento das privatizações, onde se pode esperar o fim do regime de partilha e o controle da Petrobras, do Pré-Sal e a venda de ativos da Caixa Econômica e Banco do Brasil e (7) uma política e comércio internacional, na qual o papel do Mercosul e dos BRICS serão minimizados, submetendo o país às parcerias transatlânticas e transpácificas lideradas pelos EUA, as quais dão privilégio aos investidores estrangeiros, agredindo a soberania e a proteção socioambiental brasileira.

A ponte para o futuro poderá significar um forte retrocesso nas conquistas alcançadas nos governos liderados pelo PT desde 2003, nos direitos da Constituição de 1988 e até nas conquistas da “Era Vargas”. É fato que uma agenda radical e progressista não vinha sendo implementada pelo governo Dilma. Conforme Pericás (2016):

Muito pelo contrário. A escolha de Joaquim Levy e Kátia Abreu (entre outros) para ministérios importantes, a assinatura da “lei antiterrorismo”, o aumento da concentração de terras no campo, o avanço do agronegócio, as alianças espúrias, a financeirização da economia, a despolitização dos debates políticos e uma agenda fiscal lastimável [foram alguns traços daquela administração]. De qualquer forma, o governo Temer acelerará todas essas tendências e permitirá que os grupos mais conservadores e reacionários do Congresso possam impor sua linha nefasta, o que representaria um retrocesso ainda maior dos direitos e garantias sociais.

7

Feito esse breve diagnóstico da situação econômica e política brasileira e da plataforma programática do governo interino, já em curso, cabe perguntar-nos, sobre quais os impactos, que já se pode visualizar, para a educação superior e para os docentes que aí atuam.

2 – Educação superior e trabalho docente na conjuntura de exceção

O exame da atual conjuntura da educação superior brasileira e do trabalho docente aí desenvolvido constitui-se em notório desafio!

Primeiramente, porque a educação superior brasileira é bastante diversificada. Essa diferenciação não é uma marca doméstica, pois o sistema universitário, no plano internacional, vem passando por transformações rumo a um sistema pós-secundário amplamente diversificado, com uma multiplicidade de arranjos institucionais, fortemente incentivadas por organismos internacionais (MANCERO, 2015). A diferenciação ou diversificação refere-se não somente à necessidade de proliferação de estruturas integradas, que pudessem dar oportunidades de atendimento às diferenças de motivação, perspectivas profissionais e capacidade dos estudantes, mas também à necessidade de um atendimento mais ágil às demandas especializadas do processo de crescimento econômico e mudança social e, ainda, o que é particularmente importante, à necessidade de uma expansão da rede, mas com forte contenção nos gastos públicos (MANCERO, 2010).

Assim, atualmente, pode-se verificar além da diversificação dos tipos institucionais, a diversificação das modalidades terminais (diplomas e certificados), de cursos e

programas nas diferentes modalidades (a distância, semi-presenciais); a diversificação e diferenciação, ainda, no tocante à adoção de formatos e modalidades diferentes na organização institucional e acadêmica, com cursos de ensino superior que visam formar profissionais para atender a campos específicos do mercado de trabalho, com formato compacto e duração média menor que a dos cursos de graduação tradicionais (sequenciais, por exemplo), dentre outras possibilidades (MANCEBO, 2010).

Em síntese, ocorre toda uma nova tendência, já designada oficialmente como educação terciária – termo proposto pelo Banco Mundial, em título de 2003 – que confunde, não raramente, a educação superior com ensino pós-secundário, compreendendo: tutorias remotas, encurtamento de carreiras, flexibilização de currículos, importação de modelos educativos baseados na “aquisição de competências profissionais”, certificação de saberes e destrezas, reciclagem de competências. Mesmo a designação do trabalho do professor, propriamente dito vem sendo transmutado de trabalho docente para “facilitador”, “animador”, “tutor” e “monitor”, dentre outras novidades (MANCEBO, 2010).

A tarefa complexifica-se, ainda, porque a análise incide sobre um tempo presente muito especial e crítico, exposto em linhas gerais na primeira parte do texto, no qual estamos completamente mergulhados e implicados.

Mesmo considerando as dificuldades e riscos do tema, passamos ao seu desenvolvimento.

Preliminarmente, deve-se afirmar que a natureza da ciência e da educação superior vem passando por profundas modificações, no contexto de mundialização do capital financeirizado, que obviamente não se restringe à atual conjuntura brasileira, mas que pode ser localizado, em escala mundial, desde as últimas décadas do século XX (CHESNAIS, 1996).

Como observa Sguissardi (2015):

Nesse contexto de mundialização do capital financeirizado, que cobra aumento de produtividade, supervaloriza a competição e a rentabilidade empresariais de bens e serviços, a ciência e a educação superior adquirem um valor cada dia maior como efetivas mercadorias. Da mesma forma, valorizam-se as instituições,

universidades e institutos de pesquisa, com potencial de produzi-las. Cada vez mais se verifica, na economia atual, maior predominância dos bens imateriais sobre os materiais e a universidade passa a ser vista como essa nova empresa produtora, ainda que indireta, de mais valor. (SGUISSARDI, 2015, p.98).

Pode-se afirmar, portanto, que grandes transformações ocorreram nas instituições de educação superior em boa parte do mundo, engendradas, em última instância, pela hegemonia do capital financeiro, sob a égide do capital portador de juros e do capital fictício. As frações financeiras foram insistentes e vitoriosas nas diversas tentativas de reposicionar sua hegemonia mundial. Impingiram, por exemplo, novos contornos à área dos serviços. Seu núcleo hegemônico pôde impor um novo marco ao comércio mundial com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, com a definição da educação no rol de serviços a ser liberalizado no escopo do *General Agreement on Trade in Services* (GATS) e, mais recentemente, no *Trade in Services Agreement* (TiSA)⁴. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016). Em síntese, “as corporações e os países do núcleo hegemônico lograram espalhar suas ações em escala mundial, a partir de regulamentações com alcance planetário”. (LEHER, 2015b, p.31).

Obviamente, todo esse processo também provocou impactos no Brasil, mesmo que seus efeitos tenham aparecido um pouco mais tarde. O trânsito da década de 1980 para a de 1990 foi o marco histórico de profundas mudanças estruturais na sociedade brasileira e também na cultura institucional da educação superior, que se prolonga até os dias atuais. Essas mudanças cobrem os governos dos três últimos presidentes brasileiros eleitos e do atual governo interino. Nós apresentaremos as principais marcas das transformações ocorridas na educação superior brasileira, seguindo uma periodização tríplice proposta por João dos Reis Silva Júnior e Daniel Schugurensky (2014), a qual acrescentaremos um quarto período, correspondendo ao momento presente.

⁴ O novo acordo, que seria denominado Acordo sobre Comércio de Serviços (AsCS) ou *Trade in Services Agreement* (TiSA), atualizaria o Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS) ora em vigor. Ele vem sendo discutido em várias oportunidades e, em fevereiro de 2016, várias rodadas de negociações ocorreram. Até o fechamento desse texto não se tinha notícia formal sobre o desfecho dessas reuniões.

A primeira fase detectada pelos autores tem como base econômica a demanda imposta ao país em face de sua aderência à globalização gerada pelo predomínio do capital financeiro e tem seu ápice em 1995. Ela se expressa concretamente na edição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), reforma que afeta todas as instituições e consequentemente as instituições de educação superior (IES). A elaboração do Plano foi liderada pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), onde “os *policymakers* brasileiros produziram a institucionalidade para o exigido alinhamento do país ao movimento realizado no nível mundial” (SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2014, p. 34), qual seja, ao momento histórico que o capitalismo experimentava de transição do regime de acumulação monopolista para o de predominância financeira.

No que tange à educação, de um modo bem geral, pode-se afirmar que o Plano Diretor pretendia inserir a educação entre os “serviços competitivos ou não exclusivos do Estado” e estabelecia um novo precedente para as parcerias público-privadas na educação superior brasileira. (MANCIBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Segue-se uma segunda fase que abrangeu os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), mas também o início do primeiro mandato do governo de Lula da Silva (2003-2007). Ela é marcada pela edição de inúmeras legislações, decorrentes do Plano Diretor, que afetaram as mais diversas instâncias, órgãos estatais e instituições republicanas em geral e, em particular, as IES. Os traços que passam a ser perseguidos, de um modo bem geral, na educação superior brasileira são: a pesquisa aplicada; cursos mais rápidos inclusive apoiados em novas tecnologias de informação e comunicação; processos avaliativos ou de regulação calcados em resultados, dentre outros. Adicionalmente, cabe destacar a gradativa perda da autonomia universitária, diretamente relacionada à emergência de uma heteronomia de gestão e de uma nova relação entre a universidade e o setor empresarial, que começa a ter curso. Todas essas mudanças já podiam ser observadas nos países de economia central, seja os da União Europeia, especialmente com o Processo de Bolonha (1999), mas também se apresentavam de modo bastante acabado no Canadá e, principalmente, nos Estados Unidos da América. (MANCIBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

A terceira etapa tem início em meados do primeiro mandato da gestão do presidente Lula da Silva e prossegue em parte do governo de Dilma Roussef (de 2011 a 2013, pelo menos). Nesta etapa, a contrarreforma continua por meio de um grande número de leis, decretos e portarias, regulando o trabalho docente, os currículos, as avaliações etc. Sua principal característica, no entanto, seria a emergência de programas com forte potência de mudança institucional e expansão da educação superior, como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI (BRASIL, 2007) – que inaugura, em larga escala, formas de financiamento por meio de contratos de gestão –; o incremento à educação a distância (EAD), em especial com a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB (BRASIL, 2006); a proliferação de cursos “tecnológicos” nos moldes dos *community colleges*. Especificamente quanto à rede privada, o redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵ e a generalização das isenções fiscais, previdenciárias e de renúncia fiscal pelo Programa Universidade para Todos/PROUNI (BRASIL, 2005) foram as principais iniciativas, cobertas com fundo público, que se pode responsabilizar pela expansão. (MANCERO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Consideramos importante acrescentar uma quarta etapa às definidas por João dos Reis Silva Júnior e Daniel Schugurensky (2014), correspondente ao final do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff à presente data. O que se verifica nesse período diz respeito à “adaptação” do país à conjuntura de crise internacional. Como já expomos, trata-se de uma crise capitalista mundial, uma crise orgânica e geral do capitalismo, cujo marco foi o ano de 2008. Os impactos dessa crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, mas é inegável que, no último período, impactou com força a América Latina e o Brasil, em movimentos estruturais que abalaram as bases sociais da própria reprodução política (MANCERO, 2016), desembocando no momento presente na concreta ameaça de *impeachment* da presidenta Dilma e no governo interino de Michel Temer. Nesta conjuntura complexa, na qual se articulam crise econômica e crise política, as instituições de ensino superior veem-se afetadas, primeiramente, pela recessão e cortes sistemáticos advindos da federação e de

⁵Na realidade, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Em 2010, um conjunto de facilidades foram criadas, de modo que seu uso pôde ser bastante ampliado, por estudantes da rede privada.

diversos entes federativos (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Nas instituições de educação superior públicas, o movimento de expansão de matrículas e cursos – como foi o caso do *REUNI* – é refreado em função dos ajustes, deixando às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, campi e forte interiorização, sem o devido financiamento. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

A estratégia mais imediatamente observada é a dos cortes de verbas de manutenção e renovação das instituições, abandonando a infraestrutura física dos campi. Todavia, as dificuldades não se esgotam aí. Outro movimento perceptível nas IES públicas de acomodação à atual conjuntura refere-se à redução das funções universitárias ao ensino, em detrimento das demais atividades que lhes são próprias. Por seu turno, o ensino – muitas vezes aligeirado, voltado às exigências de mercado ou ainda mediante o uso do ensino a distância (EAD) – nem sempre se encontra adaptado às necessidades dos novos estudantes que adentraram à universidade pública, criando sérios problemas de evasão. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Na rede pública, as possibilidades de expansão parecem recair nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com forte direcionamento às demandas do mercado. Temos por hipótese que essa rede, no campo público, poderá manter um ritmo de expansão, pois composta por instituições que racionalizam o uso de recursos financeiros (já que a manutenção de um aluno nesta rede custa bem menos que a manutenção de alunos em universidades), o que é almejado por qualquer Estado capitalista, em tempos de crise. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Para finalizar a análise de acomodação das IES públicas (federais e estaduais) à atual conjuntura e aos cortes, é preciso mencionar as diversas estratégias de desregulamentação e ataque aos direitos trabalhistas que vêm ocorrendo. Diversos governos, além do federal, têm adotado, de forma mais recorrente, “alternativas” para reduzir o custo da força de trabalho, através da implementação de variadas estratégias de precarização, com vistas à transformação das relações de trabalho e redução da folha de pagamento. Uma situação que vem se generalizando e que está a requerer

investigações mais aprofundadas refere-se à terceirização da força de trabalho auxiliar – mas que poderá ser estendida para os trabalhadores das atividades fins – com contratos com empresas que negam aos funcionários, inclusive, direitos trabalhistas básicos e proteção. Em síntese, se não houver muita resistência e luta, poderemos ter terceirização total!

De todo modo, a leitura atenta da “Ponte para a Futuro”, apresentada em parte precedente desse texto, indica claramente que, mesmo no setor público, existe a clara intenção de uma forte espoliação social e de direitos anteriormente conquistados, tendo em vista, fundamentalmente, a ampliação e aprofundamento do trabalho precário.

Quanto às IES privado-mercantis, os efeitos da crise não são os mesmos. Na realidade, são opostos. Conforme detalhado diagnóstico elaborado por Valdemar Sguissardi (2015), “as IES do país com fins lucrativos e, em especial, as mantidas por empresas de capital aberto e envolvidas no mercado acionário, [...] hoje, apresenta-se como o setor de maior rentabilidade dentre os setores atuantes na BM&FBovespa” (p.103). O mesmo autor, acompanhando a evolução do índice do Ibovespa e do valor das ações, em 2013 e 2014, conclui “[...] em dois anos a Kroton teve uma valorização de suas ações na Bolsa de 314,87%; a Estácio, 240,97%; e a Anhanguera, nos dois anos que correram até 28 de março de 2014, 85,89%” (SGUISSARDI, 2015, p. 122).

Esse diferencial no enfrentamento da crise pode ser atribuído a vários fatores. Primeiramente, à forte indução estatal. Conforme Luiz Fernando Reis (2015, p. 25):

Em 2014, o governo federal liberou R\$ 13,154 bilhões para o Fies e o Prouni. Essas despesas passaram a representar 12,32% do orçamento total sob supervisão do MEC. Em termos financeiros, os recursos destinados à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni, cresceram 880,42%: de R\$ 1,342 bilhão, em 2003, para R\$ 13,154 bilhões, em 2014.

Matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em maio de 2016, indica a mesma tendência. Com o sugestivo título “Faculdades crescem, mas investem menos em docentes”, esse grande veículo de comunicação, apresenta estudos realizados pela consultoria de Oscar Malvessi, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp). Em síntese, a

consultoria – que trabalha com os dados extraídos dos balanços financeiros e notas explicativas divulgadas ao mercado pelas companhias (Anima, Kroton, Estácio e Ser) – conclui que, de 2011 a 2015, os grupos tiveram um salto de 328% na receita bruta, sem desconto de impostos. Já a remuneração dos docentes em relação à receita líquida passou, na média, de 40%, em 2011, para 37% no ano passado. Conforme a notícia:

Essas empresas aproveitaram o Fies para crescer e tiveram muito sucesso financeiro. Mas não repassaram aos professores, não investiram em qualificação e melhoria do ensino. Só pensam no lucro exacerbado e não se preocupam com o produto que vendem [...]. (MALVESSI, 2016).

14

Deve-se registrar, ainda, que essas empresas também introduziram inovações gerenciais (enxugamento de quadros, precarização do trabalho)⁶ e têm adotado um ensino de qualidade discutível, inclusive com o uso intensivo do ensino a distância.

Para concluir esse diagnóstico preliminar da atual etapa da educação superior brasileira, deve-se destacar o clima conservador e antidemocrático que vem se instalando no campo da discussão educacional (tanto básica quanto superior). Duas questões merecem destaque pela seriedade das matérias e repercussões que vêm tendo nas comunidades educacionais e na sociedade.

A primeira refere-se à proposta da “Escola sem Partido”, que em termos bem diretos, trata da defesa da escola do partido absoluto e único, sem as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade. Na realidade, a proposta fere o próprio conceito de educação, pois sob o pretexto de reduzir algum caráter ideológico do ensino, coloca em risco todo o ensino. No limite, não se vai poder falar do que as ciências sociais e políticas descobriram nos últimos anos. Em síntese, é um golpe em curso contra o conhecimento!

A segunda matéria que gostaria de comentar é um golpe já consumado! Refiro-me ao Decreto de 27 de junho de 2016 do presidente interino, que tornou sem efeito

⁶ Valdemar Sguissardi (2015) destaca o papel dos fundos de investimento privado (*privateequity*), principalmente transnacionais, com matriz sediada nos EUA, no "preparo" das primeiras empresas brasileiras que visavam abrir o capital e fazer oferta pública inicial de ações (*InitialPublicOffering* - IPO) na bolsa de valores (p.114). Esses fundos investiram quantias altíssimas em empresas educacionais, induziram processos de reestruturação nessas instituições, visando à redução de custos, racionalização administrativa e o uso de gestão claramente empresarial.

nomeações e reconduções de membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE). Trata-se de trocar os membros do CNE, por pessoas de confiança, mesmo que as indicações tenham seguido todos os trâmites previstos. A perseguição política instala-se cada vez mais fortemente e o sectarismo segue seu curso, mediante uma “interpretação” enviesada da lei: é a natureza do golpe jurídico-parlamentar maior, manifestando-se no cotidiano.

Considerações finais

No momento que concluo esse texto, o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff encontra-se em discussão no Senado brasileiro e ainda não está definido. Todavia, seja qual for a decisão daquela casa, o governo interino não será um fato passageiro. Marcará o país por um bom tempo. O tipo de marca que deixará, obviamente, depende da determinação do governo golpista e ela parece forte. Mas, também dependerá da organização, radicalidade e coerência programática dos que se opõem.

Com certeza, os movimentos sociais e sindicais no Brasil têm muita vitalidade e já estão se opondo aos últimos acontecimentos, mas se exaurem na luta pela vida cotidiana, pelo salário, pela manutenção dos direitos e nem sempre conseguem tempo e energia para conceber claramente um projeto de futuro para além do capital. Penso que isto é vital, é preciso que tais movimentos deem esse salto, inclusive ultrapassando a política de conciliação de classes e o lulismo.

O mesmo faz-se necessário na educação superior, pois tanto no setor privado, como no público, o quadro é bastante desanimador e são inúmeras as questões a serem debatidas e combatidas. Mas, faz-se necessário romper o silêncio cúmplice, quanto aos planos, programas e atividades que estão sendo impostos, muitas vezes com alianças e interlocutores internos às IES.

A resposta e a ação não são simples, obviamente, mas ousar delinear alguns cenários. Considero, em primeiro lugar, que precisamos tornar as IES relevantes tanto em termos sociais quanto em termos científicos, e para tal urge uma reconciliação dos seus intelectuais com o conhecimento crítico, reflexivo e, por isso mesmo, insubmisso aos interesses mercantis e antidemocráticos. Em seguimento, seja qual for o movimento de sublevação, ele deve ser coletivo. A história recente da educação superior no Brasil demonstra que “a existência do movimento docente nas universidades tem sido crucial

para que os fundamentos que levam à alienação e ao estranhamento sejam questionados, discutidos, compreendidos e, principalmente, combatidos” (LEHER; MOTTA, 2014, p. 73). Por fim, há que se considerar que a problemática da educação superior atual nos países capitalistas dependentes, como é o nosso caso, apresenta proporções mais devastadoras do que nos países do centro do capitalismo. A reversão desse quadro de heteronomia “não será possível nos espaços estritamente universitários e, tampouco, apenas pelos protagonistas diretos da universidade, os professores, técnicos e administrativos e os estudantes”. (LEHER, 2015a, p. 11). Assim, gostaríamos de acompanhar a hipótese desenvolvida por Roberto Leher (2015a, p. 4) de que “sem os movimentos sociais antissistêmicos a defesa de um lugar estratégico para a universidade pública, crítica e autônoma no projeto de nação permanecerá débil e, possivelmente, inviável”.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, G. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ANTUNES, R. **O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo**. 2016. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11554%3A2016-04-02-16-38-22&catid=34%3Amanchete. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, DF: MARE, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 1 dez. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun.2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 fev. 2016.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOMINGUES, J. M. A conjuntura em duas durações: da crise à disputa do futuro. **Trincheiras, Revista do IBASE**, n. 1, 2015. Disponível em:

http://www.academia.edu/12210838/A_conjuntura_em_duas_dura%C3%A7%C3%B5es_da_crise_%C3%A0_disputa_do_futuro_Trincheiras_no._1_IBASE_abril_2015.

Acesso em: 20 jun. 2016.

LEFEBVRE, H. **Para compreender o pensamento de Marx**. Lisboa: Edições 70, 1981.

LEHER; R. Movimentos sociais, padrão de acumulação e crise da universidade. In: Reunião Nacional da ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2015a. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-de-Roberto-Leher-para-o-GT11.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

LEHER, R. Crise universitária, crise do capital. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas, São Paulo, n. 25, p. 27-35, out. 2015b.

LEHER; R.; MOTTA, V. C. Trabalho docente crítico como dimensão do projeto de universidade. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-78, jun. 2014.

MACIEL, D. **A crise atual no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-David-Maciel.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MALVESSI, O. Faculdades crescem, mas investem menos em professores. **O Estado de São Paulo**, 21 de maio de 2016. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1772564-faculdades-crescem-mas-investem-menos-em-docentes>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MANCEBO, D. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica In: OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Orgs.). **Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 37-53.

MANCEBO, D. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: Reunião Nacional da ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2015a. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MANCEBO, Deise. **Relatório do Observatório da Educação “Políticas da Expansão da Educação Superior”**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: <http://www.obeduc.uerj.br>. Acesso em: 31 jan. 2016.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; SCHUGURENSKY, D. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. *Educar em Revista*, 2016. (no prelo).

MARCELINO, F. **Temer e sua Ponte para o Passado**. 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/temer-e-sua-ponte-para-o-passado/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PERICÁS, L. B. **Ponte para o abismo**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/27/ponte-para-o-abismo/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

REIS, L. F. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 57, p. 16-35, jan. 2016.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012**. Piracicaba: 2015 (mimeo).

SILVA JÚNIOR, J. R.; SCHUGURENSKY, D. Refletindo sobre as razões da diversificação institucional das universidades estatais brasileiras. **Integración y conocimiento**, Córdoba/Mercosur Educativo, n. 2, p. 33-48, 2014.